

Conheça o Protocolo de Cartagena sobre biossegurança

1. O que é a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)?

Entrou em vigor em 1993 e conta com a participação de 188 Estados. De forma abrangente, visa à conservação da biodiversidade, ao uso sustentável de seus componentes e à repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos dos recursos genéticos.

2. O que são os organismos vivos modificados (OVMs)?

São organismos vivos que possuem uma combinação genética obtida por meio da biotecnologia e que podem se reproduzir (não envolvem, dessa forma, produtos processados).

3. No que consiste o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança?

Faz parte do contexto da CDB. Entrou em vigor no dia 11 de setembro de 2003 e tem 119 Estados-parte. Sua implementação está em curso e ocorre por meio das chamadas COP-MOP, reuniões entre os Estados-parte, com o objetivo de analisar pontos específicos do Protocolo, tais como a identificação de OVMs, verificação de risco e responsabilidades.

4. Quais são os objetivos e as exigências do Protocolo?

Cuidar da liberação de organismos vivos modificados (OVMs) na natureza, tendo em vista possíveis riscos à conservação da biodiversidade, à saúde humana e à movimentação de OVMs entre as fronteiras, como no caso do comércio internacional de grãos.

Exigir rotulagem da carga com informações para identificar que "pode conter OVMs", indicar que os OVMs não se destinam à liberação intencional no meio ambiente e representar um ponto de contato com informações sobre o produto.

5. Como será a identificação?

Falta consenso quanto ao formato e as informações do documento. Também não foram definidos como serão os testes para verificar os tipos e as respectivas quantidades de OVMs; os critérios de amostragem para coleta e testes, o limite de tolerância de OVMs, entre outros.

6. Qual será o custo desses testes?

O International Food & Agricultural Trade Policy Council fez uma estimativa dos custos anuais dos testes previstos pelo Protocolo sobre exportações de milho dos EUA e da Argenti-

Brasil no fogo cruzado

Durante reunião entre as partes do Protocolo de Biossegurança, realizada no Canadá entre 30 de maio e 3 de junho de 2005, os pontos iniciais deveriam enfocar:

1. O formato do documento (*commercial invoice* ou outro específico);
2. A linguagem a ser utilizada ("contém" ou "pode conter OVMs");
3. A necessidade de identificar cada evento OVM, os nomes comuns e científicos correspondentes;
4. A utilização de um código para cada tipo de OVM;
5. A possibilidade de trabalhar com limites de OVMs (presença inesperada);
6. A harmonização dos métodos de teste.

Apresentada pela delegação suíça, a proposta em discussão era considerada um meio-termo entre o desejo dos ambientalistas e dos comerciantes, ao estipular que os países vendedores identificassem as características dos grãos transgênicos, quando conhecidas. A delegação brasileira rejeitou a proposta que estabelecia re-

gras para a identificação de grãos transgênicos negociados no mercado internacional.

Entre quase 80 países signatários, apenas a Nova Zelândia adotou postura semelhante. Sem consenso, a rotulagem de grãos transgênicos continua sem regra e o ônus de identificar os produtos fica a cargo dos importadores. Um comércio de transgênicos sem regras interessa aos EUA, ao Canadá e à Austrália. Ao se unir a esse grupo, o Brasil deu as costas para velhos aliados no G7, que se sentiram desconfortáveis com o voto do governo brasileiro.

Se a origem do produto fosse incerta, vigoraria a rotulagem "pode conter transgênicos". Em ambos os casos, a identificação caberia aos exportadores, e não aos importadores. O Brasil rejeitou a proposta, sob o argumento de que a adoção da medida tiraria competitividade às exportações. Certamente, seria o primeiro passo para a imposição de novas exigências, tais como informações sobre as proporções e variedades transgênicas em cada lote.

No Brasil, pela Lei de Biossegurança nº 11.105, de março de 2005, grande parte dos riscos com

Recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)

na, em cargas de 25 mil toneladas e amostras de 2,3 kg. Outra pesquisa realizada pela FAO, na Argentina, em cooperação com o governo local, analisou que os custos para segregar 1 milhão de toneladas de soja ou milho, com 0,9% de limite de OVMs, seria de aproximadamente US\$40 milhões. Adotando-se um limite de 5% de conteúdo de OVMs, os custos cairiam para US\$10,2 milhões para a soja, e US\$ 7,4 milhões, para o milho. Há ainda os chamados custos de conformidade, relativos à formação, manutenção e atualização de arquivos (resultados dos testes) e comunicação com os importadores. Nos casos de atrasos das cargas nos portos de entrada, se os testes forem refeitos nestes portos, sobrevirão custos de permanência da carga no navio, taxas portuárias e multas (*demurrage costs*).

7. Como será a análise de risco?

Deve ser feita com base em evidências científicas e considerar as informações repassadas pelos exportadores na notificação realizada antes do embarque do produto.

8. Como funciona o mecanismo de responsabilização?

Compensação por danos causados pelo movimento dos OVMs entre as fronteiras. Junto com a identificação, o tema envolve discussões sobre a definição e amplitude do dano à biodiversidade ou à saúde humana, e a sua reparação. ■

transgênicos são controlados no processo de sua criação. Uma antecipação racional para evitar o custo depois do lançamento de cultivares OGMs. É o princípio da precaução inserido na legislação. Segundo esse raciocínio, há uma coerência na posição externa brasileira.

Com o Protocolo de Cartagena, os países importadores poderão restringir o comércio de alguns produtos, caso sejam considerados de risco para a saúde humana e o meio ambiente. É o direito de impor barreiras técnicas ao comércio, sem condição de questionamento pelo país exportador na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A metade dos oito principais produtos do comércio agrícola mundial é produzida, parcial ou quase integralmente, com variedades transgênicas pelos sete principais exportadores. Por isso, Argentina, Austrália, Canadá e EUA não assinaram o Protocolo de Cartagena. Há tempo para melhorar a massa crítica sobre este polêmico assunto, até o próximo encontro, previsto para março de 2006, em Curitiba, no Brasil.

1. Segurança – Os alimentos geneticamente modificados disponíveis atualmente no mercado são seguros, sem representar um risco a mais que não houvesse em alimentos convencionais para a saúde dos consumidores. Isto não significa que os efeitos em longo prazo sejam desprezíveis. É necessário reforçar o controle sobre os novos produtos.

Segundo o diretor de Segurança Alimentar da OMS, Jorgen Schlundt, os transgênicos foram submetidos a testes mais rigorosos do que os aplicados a alimentos normais. "O problema é a falta de capacidade de muitos países em desenvolvimento para realizar um acompanhamento rigoroso dos efeitos desses alimentos. Os governos devem garantir a segurança dos alimentos e, para isso, precisam destinar mais recursos aos sistemas de vigilância", disse.

2. Longo prazo – Um dos riscos admitidos pela OMS é quanto aos efeitos dos transgênicos, em longo prazo, diante da introdução de novos elementos na cadeia alimentar. Um dos exemplos é o da castanha de caju, que recebeu a introdução de material alérgico. O produto nunca chegou ao mercado. O alerta da OMS também se refere ao impacto sobre meio ambiente e a hábitos de agricultores em certas regiões.

A OMC também afirma que os benefícios das sementes transgênicas são vários:

- Melhoria da qualidade dos alimentos;
- Redução do uso de produtos químicos nas plantações;
- Mais possibilidades aos países pobres de garantirem alimentos à população.

3. Patentes – A Organização das Nações Unidas (ONU) não tem posição única, já que seu relator especial para o Direitos à Alimentação, Jean Ziegler, afirma que seria uma forma de os países ricos, fornecedores das sementes, passarem a controlar a agricultura dos mais pobres.

A OMS admite que o processo para patentear a novidade em uma semente pode custar até US\$ 1 milhão. Nos países em desenvolvimento, esse valor é um obstáculo para o avanço dos institutos públicos de pesquisa. Um dos temores é de que haja um monopólio dessas novas sementes por parte dos países ricos.

Desde a introdução da nova tecnologia, nos anos 1990, os produtos já comercializados incluem soja, canola, milho e algodão. Países como o Brasil têm realizado pesquisas sobre mamão, batata e feijão. Já outros países têm informado sobre avanços na produção de arroz, açúcar de beterraba e tomate. Por enquanto, apenas 4% das terras aráveis do mundo contam com sementes transgênicas. Sete milhões de agricultores usam essa tecnologia em 18 países, sendo o Brasil o terceiro maior entre eles, atrás da Argentina e dos Estados Unidos.